

ANAIS DO  
IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo PROF. EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA

COLONIZAÇÃO E  
MIGRAÇÃO

XXXI

Coleção de *Revista de História* sob  
a direção do Prof. Eurípedes  
Simões de Paula.



São Paulo  
1969

## COLONIZAÇÃO AÇORIANA NO RIO GRANDE DO SUL (\*).

**DANTE DE LAYTANO**

Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A problemática do exame atento da colonização do açoriano no Brasil exige longa, demorada, exaustiva e ampla pesquisa que eminentes historiadores iniciaram em áreas determinadas, faltando uma visão de caráter geral ou interpretação propriamente sociológica que fornecesse o sentido da presença do ilhéu na consolidação do domínio português, consolidação mesmo de caráter moral.

Na verdade, Gilberto Freyre, ilustre homem de ciência e autoridade de renome internacional, fez uma análise sobre o que êle chamou "Continente & Ilha", que é o retrato do *status* das relações do homem açorita com a paisagem gaúcha. Artur César Ferreira Reis, no seu ótimo *Casais, Soldados e Degradados na Colonização da Amazônia*, tese do III Congresso Sul-Riograndense de História, em 1940, enfrenta a apreciação do povoamento amazonense e os contactos entre as habitações civis e as guarnições militares e acampamentos penais. Oswaldo Cabral, o mestre da historiografia catarinense, investigador de raras virtudes, exgotou o assunto na sua capitania, e Aurélio Pôrto, no meu entender, o maior historiador do Rio Grande do Sul, estudou à luz da documentação o papel do açoriano na nossa formação. No que foi acompanhado por Jorge Godofredo Felizardo no campo da história genealógica, Walter Spalding no campo da história cronológica, Borges Fortes no levantamento amplo da questão açoriana, etc.

\*

### *Açorianos no Brasil.*

Os açorianos aparecem na história brasileira em diversas regiões e podem ser distribuídos de muitas maneiras:

Pequena escala — Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, etc.

---

(\*) . — Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, no dia 6 de setembro de 1967 (*Nota da Redação*),

Média escala — Amazonas, Pará e Paraíba.

Grande escala — Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Então, segundo uma tentativa de colocação por círculos econômicos:

Ciclo baleeiro — Pará e Paraíba.

Ciclo pesqueiro, incluindo baleia — Santa Catarina.

Ciclo do gado — São Paulo, São Vicente.

Ciclo do açúcar — Bahia e Pernambuco.

Ciclo da mineração — Minas Gerais.

Ciclo da agricultura, evoluindo para o da grande propriedade rural — Rio Grande do Sul.

A bibliografia será tratada em resumo, no final, mas de fato a literatura é diminuta sobre os açorianos no Brasil. Existem boas fontes no próprio Açores e naturalmente alguns poucos trabalhos em Portugal continental, como o de Leite de Vasconcelos e Paiva Boleo, para falar num mais antigo e noutro atual, apenas.

O único livro inteiramente dedicado aos açorianos na literatura do Rio Grande é o de Borges Fortes — *Casais* (1932) e nada mais.

\*

### *Rio Grande do Sul.*

O açoriano no Rio Grande do Sul veio, em razão principal, para resolver não só o povoamento e suas implicações lógicas, mas o abastecimento, produção, ocupação e expansão de terra gaúcha.

O primeiro passo foi o de transformá-lo e mantê-lo como um agricultor. A segunda geração e muitos casos até a primeira geração, ou os imigrantes, reagiram violentos e transformaram-se em fazendeiros, criadores de gado, senhores de estância. Que lhes deu uma situação diferente. Aumentou-lhes a riqueza, transformou-os no padrão social, assegurou uma ascensão de classe, etc. Repetir-se-á o mesmo caso com os alemães, no princípio do século XIX, já o Brasil independente. Os alemães vieram para a agricultura, certo. Fixaram-se neste tipo de economia. Até hoje eles representam muito. Entretanto, transformaram respectivamente sua atividade em outro tipo de ação: comércio e indústria. Na segunda metade do século XIX, os italianos fizeram a mesma coisa. De colonos para provimento da fortuna agrária, se é que o campo lidado traz fortuna: o que deixa são sacrifícios e renúncias sem nome. Terminará o século XIX; o fato novamente surgirá com os poloneses. Assim a agricultura cons-

tituir-se-á sempre como uma abertura de atividade, que será continuada é verdade, mas diversificar-se-á noutros setores de produção.

\*

### *Originalidade.*

A colonização açoriana no Rio Grande, e isto acontecerá noutras capitanias em que a estrutura se configurará idêntica — é uma originalidade que não se dirá étnica mas quem sabe pròpriamente moral. Colonização com casais. Marido e mulher. Quer dizer o lar organizado, a família pronta, a constituição de bases decentes, sólidas, etc. Os casais tiveram e representaram êste papel. Os casais açorianos fixam êste sentido altamente confortador na história do povoamento brasileiro.

O Rio Grande do Sul lutaria no Prata com suas áreas de atrito. Precisava da fidelidade de gente como a açoriana. Não que os outros portugueses não o fôssem. Eram também, sem dúvida. Mas os açorianos chegavam aos casais com a vida preparada nos seus desígnios de condições domésticas. Isto é importante. Não há duvida. A conquista territorial devia ser feita com colonos seguros no seu procedimento, na sua formação, e na sua compreensão para com a mãe pátria. Parece que se pode afirmar tudo isso dos açorianos, sem medo de errar.

D. João V, em 7 de outubro de 1716, ao Governador do Rio de Janeiro, remete, em documento que se publicou, 60 casais da Província de Traz-os-Montes, para a Colônia do Sacramento. Continuou? Não achei mais nada. Madeirense, sim. Mas a grande escala é mesmo açoriana.

Fatores de grande interêsse e proveito estavam sendo alimentados por Portugal na ocupação do Rio Grande:

- A fundação da Colônia do Sacramento à beira do Rio da Prata, defronte Buenos Aires (1680);
- A fundação da Fortaleza Jesus Maria José, na barra do Rio Grande, por Silva Paes (1737);
- A Ilha de Santa Catarina como a última base naval no final do litoral brasileiro;
- O caminho dos bandeirantes;
- O caminho das tropas de gado;
- A penetração das tropas militares;
- Abertura das picadas do caminho dos muares que não se distingue do caminho do gado, mas oferece aspectos econômicos diferentes;

— A frota dos lagunenses.

E o grande fator político e diplomático que decorre do Tratado de Madri de 1750, quando se dá o início da colonização açoriana em massa no Rio Grande, para o que o território gaúcho tivesse seu domínio certo pela gente português.

\*

### *Antecedentes e Desenvolvimento.*

Na mobilidade dos acontecimentos, o chamamento do açoriano para ocupar o espaço verde devoluto das coxilhas imensas não foi uma tarefa assim fácil. Exigiu tempo a aplicação desse tipo de desenvolvimento do Rio Grande, então, deserto. A Capitania de Santa Catarina foi a povoadora principal do Rio Grande antes da chegada dos colonos açorianos. Depois, as tropas militares do Rio, São Paulo, Bahia, Minas e Pernambuco aqui aquarteladas em diversos períodos na área de fronteira, em face das forças castelhanas. Os bandeirantes apenas se propuseram atravessar o Rio Grande do Sul um século antes, sem se prenderem à terra. Ocorreria, no século XVIII, o mesmo fenômeno, quando ainda os paulistas desempenharam como tropeiros de gado, e depois de cavalos e muares, uma função sociológica de reconhecido mérito de agentes civilizadores.

Desta forma, a Colônia do Sacramento passou a acolher as primeiras levadas luso-açorianas de casais colonizadores. A vizinhança com o Rio Grande, transplantou-se a experiência para o outro lado da cisplatina brasileira que o Rio Grande é. Houve assim, com a idéia de transportar casais modificar o conceito de colônia penal que os países colonialistas insistiam em manter. Deu-se, portanto, uma ruptura de costumes oficiais. O certo é que o monarca vinha se preocupando, em Lisboa, com o aporuguesamento do Rio da Prata, descoberto por João de Lisboa em 1514, que lhe assegurava a prioridade da chegada, conforme a tese de Capistrano de Abreu. Sendo João de Lisboa o primeiro a ir além de São Vicente e um pouco mais do Paraná e Santa Catarina, quem sabe visitados, mas não além, é, então, João de Lisboa também o descobridor do Rio Grande do Sul. Ninguém fala nêle. Por que? A Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Janeiro, a quem o Rio Grande do Sul muito deve, recebeu instruções reais para a pronta ocupação, fazendo habitar a outra margem do Prata, por portugueses, na Colônia do Sacramento. Um ano antes da fundação do Rio Grande, o governo tomava tôdas as providências para a Colônia do Sacramento crescer em 1736. O Coronel-de-Mar-e-Guerra Luís de Abreu Prego recebeu instruções

severas e pessoais do Rei, para não só cuidar, diante dos domínios em perigo, ajudar em tudo o Governador da Colônia, e remeter-lhe 300 casais dos Açores e segurar a Bahia do Rio Grande de São Pedro e campanhas circunvizinhas que igualmente pertencem a Portugal.

A 19 de fevereiro de 1737 o Brigadeiro José da Silva Paes, diante dessa nova política, funda na barra do Rio Grande a primeira cidade gaúcha que nascerá à sombra da fortaleza militar que abrigará a guarnição de dragões. Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pela Ordem Régia de 11 de fevereiro de 1738, são reunidas numa única unidade administrativa chamada — Capitania d'El Rei, sob o governo de Silva Paes, o fundador do Rio Grande, que teve a visão ampla de povoar o Rio Grande também, trazer os casais açorianos, ocupar ainda mais Santa Catarina, defender com fortes e aquarte-lamento militar.

A Lei de 20 de março de 1736 considerando

“presente o excesso e desordem com que se procede na navegação das Ilhas adjacentes ao Reino para o Brasil”,

tais como maior número de navios do que é lícito, muitas fazendas estrangeiras em regime de contrabando, o desencaminhamento do ouro e dinheiro, etc. No ano seguinte, a Ilha do Faial obteve que se restaurasse a decisão de mandar uma vez por ano para o Brasil um navio no corpo da frota, e querem em 1744 mais dois navios em vez de um. E assim procederam as Ilhas da Horta e Terceira pleiteando a ida de embarcações açorianas para o Brasil. Organizava-se o embarque ou melhor estabeleciam-se as providências das ligações diretas do arquipélago com a América Portuguesa, com os privilégios e concessões dos habitadores das Ilhas, como consta de uma carta régia de D. João, em 1738.

Inscreveram-se 2.585 açorianos em 1747 para embarcarem para o Sul do Brasil, como imigrantes ou colonos povoadores. Pela ordem de quantidade: Ilha de São Miguel, Graciosa e São Jorge. Santa Catarina recebia em 1748 — 461 pessoas, 1749 — 1.666; no ano de 1750 e em 1753 — 500 pessoas.

Esta lista pode ser ampliada, modificada e sofrer reparos. Há divergência mas o número admite ser dado como aproximado. A vizinhança de Santa Catarina do Rio Grande fez com que o número de açorianos fôsse dividido por dois. Isto é, metade para Santa Catarina e metade para o Rio Grande do Sul.

A verdade é outra. Não se pode fazer afirmação. Mas não tivemos se não uma percentagem mínima da entrada de açorianos que

vieram para Santa Catarina e fôsem mandados para o Rio Grande. O grosso ficou mesmo em Santa Catarina.

Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa é o Governador de Santa Catarina que vem em seguida. Atua no sentido de obter o maior número possível de açorianos para sua área, deixando o Rio Grande de lá, com números minguados. O Ministro da Marinha e Ultramar de Portugal, Diogo de Mendonça Côrte Real, ao tempo de Escudeiro governador, recebe da autoridade do Brasil um levantamento de casais entrados em Santa Catarina em cinco anos, que seriam 720, num total de 4.442 pessoas. Segundo dados que não posso autenticar, parece que dêstes vieram para o Rio Grande 798 pessoas, e só. O que revelaria a proporção entre Santa Catarina e Rio Grande em açorianos chegados para Santa Catarina que se remeteram para o Rio Grande. No ano seguinte aportaram uns 100 casais em Santa Catarina, 502 pessoas. Os totais alcançam 1.178 casais ou 6.492 pessoas, não se verificando, portanto, o anunciado número de 4.000 casais. O contrato não foi cumprido, segundo as estatísticas de desembarque. Tomando-se um ano, o de 1752, desde 25 de março até 16 de março, conforme uma carta do governador de Santa Catarina ao Ministro: 1478 pessoas, deduzindo-se os menores — 1.327. Dêles, para o Rio Grande, em três sumacas — 106 casais.

Os cronistas falam das peripécias da viagem, as doenças, mortes, ida para os hospitais depois da chegada, o “mal de Loanda” em copioso número. As autoridades queixam-se da remessa de velhos e velhas, decrépitos e aleijados. Até incuráveis. Santa Catarina protesta. O que resultou na maioria da gente remetida, e esta foi justamente quando se aumentará diretamente para o Rio Grande, via Santa Catarina, ou Rio Grande, mesmo, de açorianos saudáveis. A recepção da terra foi generosa, pois os açorianos já colhiam farinha de suas roças sem necessitar que ela viesse de fora, bem como de todos os frutos americanos que foi abundante, de acôrdo com os prognósticos gerais. A chegada dos açorianos a Santa Catarina, o que é importante considerar-se, vincula essa imigração açoriana ao Rio Grande. Em Santa Catarina, os Campos do Magalhães, Imbituba, São Miguel, Pôrto Belo, São José, e Urussanga são os pontos iniciais da fundação e redistribuição dos açorianos na Capitania ao lado do Rio Grande.

\*

1747.

E' a data revisada pelos historiadores atuais para a chegada dos açorianos ao Rio Grande do Sul. Autores mais antigos dão o ano

de 1742. Esse é o caso de Augusto Pôrto Alegre e Sebastião Leão, além de outros. Borges Fortes prova que a chegada dos açorianos em massa — os verdadeiros Casais de número — do contrato de Feliciano Velho Oldenberg — conforme a Previsão oficial. E' a prova de fato. Antes não houve colonização sistemática de açoriano. Pelo menos, em massa, quantidade de gente das ilhas. Os dez anos das medidas governamentais que decorrem de 1737 a 1747, a primeira data com a fundação do Forte Jesus Maria José, à cuja sombra nasceria a cidade do Rio Grande, a primeira criada no Rio Grande, — e a vinda em 1747 dos açorianos transportados por Feliciano Velho Oldenbeg, para Santa Catarina e Rio Grande, ou Santa Catarina via Rio Grande, ou em embarcações depois que pudessem passar ou entrar na barra do Rio Grande — não houve colonização açoriana. Assim, de 1737 a 1747 o Rio Grande foi ocupado pelos lagunenses, por pessoas de cargos oficiais, que agora é momento de citar-se o Senado da Câmara. Os vereadores passaram-se para o Rio Grande, obtendo sesmarias e criando gado nas pastagens e estâncias que vieram montar. Os fundadores de Laguna, seus descendentes e grande parte da povoação, o que levou o Senado a baixar uma lei proibindo a saída dos habitantes de Laguna para o Rio Grande, porque dar-se-ia, então, o despoamento completo de Laguna. De São Paulo ou da Colônia do Sacramento também vieram, mais dos primeiros, e dos segundos quando ocorria a ocupação castelhandada da praça da Colônia do Sacramento. Somados êstes elementos aos das fôrças armadas, o Rio Grande de 1700 a 1737, de 1737 a 1747 não fôra colonizado pelos açorianos. A política de concentrar os açorianos em Santa Catarina antes de fazê-lo no Rio Grande, ou dando aqui e ali alguns casais para a Capitania de São Pedro, que é a nossa, a do Rio Grande, partia do presuposto de que Desterro já estava levantada como cidade ou Laguna, assim na ilha ou no continente se operara antes dos açorianos a construção de cidades. Seguir-se-iam outras cidades fundadas pelos açorianos. Tínhamos apenas em 1737 o lançamento de uma Fortaleza, a de Jesus Maria José. O resto do Rio Grande possuía o povoamento nas estâncias. Que isolava os habitantes um dos outros. O Conselho Ultramarino examinou o assunto da colonização açoriana sòmente em 1744, o Rei adiou o caso e apenas em 1745 o Monarca autorizou a ida em massa de açorianos para Santa Catarina e Rio Grande.

O quadro da colonização do Rio Grande, na primeira metade do século XVIII, início da história do próprio Rio Grande no sentido de sua ocupação efetiva, prática e real. Pois, o século anterior



foi o das Missões, das Bandeiras, da Capitania, da Colônia do Sacramento (com reflexos e implicações imediatas no Rio Grande), como o foi a fundação de Laguna, ainda no século anterior, por paulistas. Mais a história do gado que chega por intermédio do Pe. Cristovão de Mendonza em 1634, quando da entrada do primeiro gado no Rio Grande, do cavalo, suino e ovelha. E naturalmente a história da sesmaria, cuja primeira é doada em 1732 a Manuel Gonçalves Ribeiro, vereador do Senado da Câmara de Laguna e oficial das forças portuguesas, êle natural da cidade do Pôrto. Já é uma crônica do século XVIII, pois. Visto a do gado, Sacramento, capitania, bandeirantes, missões é tôda do século anterior, isto é do século XVII.

A colonização no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XVIII, século da colonização do Rio Grande foi:

- 1700 — ocupação lagunense;
- 1737 — ocupação militar;
- 1747 — ocupação açoriana.

1º). — Colonização pastoril, com tropeiros, invernadores e estancieiros. Primeiro o nômade, que é o tropeiro, depois o semi-nômade que se verifica com o invernador e o estancieiro — o que se prende à terra que será então — o tercerio. Colonização pastoril. De população distanciada, fechada em campos de criação de gado. Acrescente-se a abertura de caminhos, as picadas e os reconhecimentos. Colonização econômica de caráter pastoral.

2º). — Colonização castrense, com o levantamento de fortalezas, implantação de quartéis, acampamentos e depósitos militares, marchas de tropas militares, etc. O primeiro é o do Rio Grande — Forte Jesus, Maria José, o primeiro fundado no Rio Grande do Sul, na barra do Rio Grande. Nasce uma cidade militar. A população civil virá depois. Diversos fortes determinarão o aparecimento de cidades. Rio Pardo, por exemplo. A importância militar na formação do Rio Grande. Procedência dos contingentes, tropas regulares e de linha, o Regimento de Dragões de Rio Pardo, os diversos tipos de batalhões e regimentos. Os militares-fazendeiros, as campanhas militares, execução de tratados de limites, diplomáticos, etc.

3º). — Colonização açoriana. A colonização povoadora propriamente dita. A colonização civil para prover a agricultura. A reserva moral de sua procedência em casais. Fundadores de cidades, de famílias, de uma estrutura sociológica e econômica altamente representativa. O Rio Grande nessa primeira fase da vinda dos açorianos com os açorianos para Santa Catarina, para onde foram aliás em absoluta maioria. Ao Rio Grande dera-se a obrigação de entre-

gar aos colonos açorianos recém-vindos o gado e animais cavallares, de que falava o edital das promessas, como escreve um historiador. Mas os dois governos, o de Santa Catarina e Rio Grande não se entendiam no caso. De qualquer maneira, o propósito oficial era afastar os açorianos da tentação do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, centros de irradiação de uma economia compensadora, como mercado abastecedor e consumidor, áreas de mineração, comércio de pôrto de mar, e capital do Brasil, a nova capital transferida da Bahia. E as facilidades de centros desenvolvidos. Os açorianos tinham, sim, de ocupar uma região até então somente habitada por militares e fazendeiros. Urgia criar-se uma população urbana, civil no sentido do cidadão pròpriamente dito, tendo em vista que os fazendeiros do Rio Grande saíram em grande parte das fôrças armadas. Tudo estava sendo feito para afastar ainda os açorianos da exploração das minas de Paranaguá. Embora 1692 assinale essas relações não desejadas mas efetuadas. Da chegada de açorianos a outras áreas, como as catarinenses, em direção do Paraná, pelo litoral.

O açoriano teve outro papel a desempenhar, e desempenhou no Rio Grande do Sul, como colonizador, e capaz colonizador. A colonização em massa. Ou considerando-se, em si, uma colonização de ocupação populacional.

\*  
\*   \*  
\*

### A PROVISÃO.

A Provisão Régia de 9 de agosto de 1747 disciplinou a colonização açoriana. A verdade que a medida de D. João, em ordem assinada por Rafael Pires Pardino, após consultas da lei feitas ao Conselho Ultramarino diante da representação que os habitantes das Ilhas dos Açores a êle, Conselho, levaram. A ordem expediu-se ao Governô do Rio de Janeiro, ao Governador e Capitão General daquela capitania da qual dependiam Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Vou dividir a provisão em partes, para melhor clareza da leitura. Ela continha o seguinte:

#### *Número.*

A provisão admitia que se mandasse transportar até quatro mil casais para as partes do Brasil que fôsse mais preciso e conveniente povoarem-se logo.

#### *Procedência.*

A originalidade da provisão é que ela fala de colonos não só açorianos mas que também pudessem ir casais de estrangeiros que não fôssem súditos de soberanos que tivessem domínios na América,

a que pudessem passar; e impunha-se outra condição — com tanto que fôsem Católicos Romanos. Vieram?

*Artífices.*

Não era privilégio, mas estímulo que se oferecia aos artífices. E que sendo artífices, se lhes pudesse dar à chegada ao Brasil uma ajuda de custo, conforme a sua perícia. Mesmo assim configurava-se uma limitação. Que não excedesse esta a mil e duzentos réis cada um.

*Madeirenses.*

A Provisão, conforme sugestão do Conselho, seria conveniente estender-se a mesma graça à Ilha da Madeira, assim houve por bem aprová-lo.

*Divulgação.*

Foi dito ao Governador e Capitão General da Ilha da Madeira, e aos Ministros da Justiça e Fazenda daquela Ilha e das das Açores, que fizesse fixar pelas habitações delas o dito Edital e alistassem tôda a gente que se oferecesse para se transportar à Ilha de Santa Catarina, por onde parece conveniente começar a introdução dos Casais para se estabelecerem assim nela, como na terra firme e seu contôrno.

*Transporte.*

Coube a Feliciano Velho Oldenberg o transporte, que êle arrematou. Pensou-se dar início à partida dos ilhéus açorianos já no verão, por receberem-se já notícias de achar-se grande número de gente pronta para êste embarque, conhecedoras das condições e ao Brigadeiro José da Silva Paes, Governador de Santa Catarina, foi dito que executasse as instruções da lei, na parte que lhe cumpria.

*Ração.*

As instruções diziam que se puzesse pronta naquela Ilha de Santa Catarina e *mais partes de sua vizinhança*, onde fôsse necessário, segundo o momento: farinha para ração que se mandava dar no primeiro ano à gente que se transportasse e disso, se for necessário, redigir assentos.

*Pescaria.*

Nos portos daquele contôrno se fará os meses, ou nos tempos que parecer mais oportuno a pescaria, para por pronto o peixe fresco, ou sêco, para as mesmas rações nos dias de jejum.

*Idade.*

A cada pessoa de — quatorze anos para cima — se davão três quartas de farinha por mês da medida da terra, e um arratel de peixe ou carne — por dia. A pessoa — de quatorze anos até sete anos completos — a metade da dita ração. E aos — de sete até três anos completos — a terça parte e aos menores de três anos — nada.

*Dinheiro.*

A Ilha de Santa Catarina receberá o dinheiro necessário para satisfazer as ajudas de custo prometidas no Edital, e as mais ordenadas pelo Rei a se darem a alguns colonos de mais merecimento, e as que se deverem dar aos Artífices, conforme sua perícia.

*Cuidados.*

O Brigadeiro porá todo o cuidado em que êstes novos colonos sejam bem tratados e agasalhados; e assim que lhe chegar esta ordem procurará escolher assim na mesma Ilha, como na terra firme adjacente desde o Rio de São Francisco do Sul até ao Serro de São Miguel, e no sertão correspondente a êste distrito (com atenção porém a que se não dê justa razão de queixa aos espanhóis confinantes).

*Cidades.*

Os colonos devem ficar em sítios mais próximos para fundarem Lugares em cada um dos quaes se estabelecerão pouco mais ou menos, 60 casais dos que forem chegando.

*Propriedade.*

E no contôrno de cada lugar, nas terras que ainda não estiverem dadas de sesmaria assinalará — um quarto de légua em quadro — a cada um dos cabeças do casal do mesmo lugar.

*Logradouros.*

Para o assento de logradouros públicos de cada um destinará meia légua em quadro, e as demarcações destas porções de terras se fará por onde melhor mostrar e permitir a comodidade do terreno, não importando que fique em quadro, contanto que a quantidade de terra seja a que fica dito.

*Demarcação.*

No sítio destinado para o Lugar assinalará um quadro para praça, de quinhentos palmos de face, e em um dos lados se porá a Igreja, — a rua ou ruas, de demarcação ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos; por elas, e nos lados da Praça se porão as moradas em boa ordem, de xado entre uma e outras, e para traz lugar suficiente e repartido para quintais.

*Casas.*

Atendendo assim ao cômodo presente, como poderão ampliar-se as casas para o futuro dêstes Lugares para com os seus ranchos e casas de taipa, cobertas de palha, mandará logo o dito Brigadeiro — Silva Paes, Governador de Santa Catarina — por prontos dous ou três para nelas se accommodarem os primeiros Casais, que forem chegando, e para que se achem logo reparados das injúrias do tempo, enquanto com a própria indústria se não provém do melhor cômodo, e para segurança dêstes ranchos se remetem entre mais ferramentas, duas fechaduras, para as portas de cada um.

*Construção.*

Estabelecidos os primeiros Casais nos seus Lugares, ordenará o Governador, o dito Brigadeiro, que nos dias que lhe parecer determinar-lhes com menos prejuízo das suas próprias ocorrências vão armar choupanas e taipas nos Lugares que lhe ficarem mais vizinhos para se acomodarem os Casais, que depois dêles chegarem, os quais sucessivamente irão preparando os cômodos para os que lhes seguirem e, de sorte que os moradores de cada Lugar sejam obrigados a armar para os doutro Lugar vizinho, o mesmo cômodo que a êles se lhes preparou.

*Alimentos.*

A cada um dos Lugares, depois de povoados, fará o dito Governador, Brigadeiro, transportar todos os oito dias a farinha e o peixe, à proporção da gente que tiverem e à mesma proporção fará passar a êles as cabeças de gado necessárias para o seu sustento, e com êste provimento fará acudir sem faltas a todos os ditos colonos durante o primeiro ano de seu estabelecimento.

*Trabalho.*

A cada um dos casais mandará dar logo que estiverem situados duas vacas e uma égua, que se tirarão das Estâncias Reais. Em cada lugar em comum, quatro touros e dois cavalos, também mandará dar a cada um Casal no tempo oportuno para fazerem as suas sementeiras, dous alqueires de sementes conduzidos aos mesmos lugares, para neles se repartirem.

*Apetrechos.*

Em cada um dos Navios, que fizerem a condução da gente, se há de remeter dêste Reino provimento de espingardas e ferramentas, proporcionado aos Casais da sua lotação, aos quais o dito Brigadeiro lhes fará distribuir, tanto que que estiverem assentadas, a cada um uma espingarda, uma fouce roçadora, e as mais ferramentas, conforme lhe foram prometidas no dito Edital, procurará que as conservem, sem as venderem, especialmente as espingardas.

*Segurança.*

Em cada lugar dos sobreditos, fará a autoridade logo levantar uma Companhia de Ordenanças, nomeando-lhe Oficial no caso que não vão cá do Reino nomeados alguns Capitães, e nestas Companhias se alistarão todos os moradores casados e solteiros, e darei ao Governador ordens para a sua disciplina na mesma forma que se pratica nas outras terras do vosso govêrno (Santa Catarina).

*Justiça.*

O mesmo Brigadeiro (Silva Paes) fará que em cada um dos ditos Lugares se constitua logo Juiz, na forma da Ordenação, e ambos me informareis com o vosso parecer se em razão da distância da Ouvidoria de Paranaguá será conveniente que em algumas povoações dos ditos distritos se ponha Ouvidor separando a Administração da Justiça.

*Religião.*

E por quanto o primeiro cuidado que deve ter-se, é que todos os ditos Colonos sejam assitidos de pasto espiritual, e do Sacramento, em cada um dos ditos Lugares fará logo o dito Brigadeiro levantar uma Igreja da estatura que basta para êste primeiro estabelecimento; e para o seu fornecimento, e exercício do culto divino se remeta em cada Navio o preciso, calculando para 60 casais o que tocar para uma Igreja.

*Vigário.*

Ao Bispo de São Paulo, a quem presentemente pertence aquêl território manda-se a êste respeito avisar pela Mesa da Consciência que se há de constituir em cada Igreja destas um Vigário, ao qual no primeiro ano se dará, o sustento, e mais cômodos como aos outros Colonos, e terá sessenta mil réis de cônica, e à Igreja se darão dez mil réis por ano para a Fábrica, e guisamentos, uma e outra quantia paga pela Repartição dos Dizimos daqueles distritos.

*Chamamento.*

E para que não suceda ao princípio, como é fácil, experimentar falta de Sacerdotes para estas Vigárias, manda-se pela dita Mesa avisar aos Bispos do Funchal, e de Angra, que convidem a alguns Clérigos daquelas Ilhas para irem em companhia dos mesmos Casais.

*Ajuda.*

A êstes Sacerdotes se darão à sua chegada dez mil réis a cada um de ajuda de custo, e terá o dito Brigadeiro particular cuidado que se não apartem das Igrejas em que forem postos para outras terras do Brasil nos termos expressados ao Bispo de São Paulo; e quanto a isto faltem, escrevam ao Ordinário, a cuja Diocese houverem passado, para que os obriguem por todos os meios, e demonstrações convenientes a tornarem para as suas Igrejas.

*Terras.*

A cada um dos ditos Vigários se dará também uma data de um quarto de légua em quadro para passaes da sua Igreja, e a tôdas as despezas que ocorrem na execução do que fica dito farei acudir (o Governador) dessa Provedoria do Rio de Janeiro na forma ficareis entendendo pela Cópia que se vos remete do que mando escrever (o Rei) ao Provedor da Fazenda. O Rei ou autoridade por êle.

*Missionários.*

Ao Provincial da Companhia de Jesus mandei escrever a Carta que vai inclusa para que envie àquelas terras dois missionários.

*Distribuição.*

Informareis (O Governador) com o vosso parecer quantos Casais será conveniente passem à Ilha de Santa Catarina para quais outros convirá repartir o número de quatro mil que tenho ordenando

se conduzam individuando as conveniências que nas mesmas partes se acharão para o transporte, sustento, e cômodo dos Colonos.

*Execução.*

Quando em alguma das ditas disposições se vos ofereça, ou a dito Governador dito Brigadeiro, inconveniente não previsto, ou entendais que por outro modo se pode melhor conseguir o intento, deixo ao vosso arbítrio e prudência, e ao dito Brigadeiro no que lhe toca, tomareis o expediente que parecer melhor, dando-me parte assim do que se inovar, como a execução que se der ao que nesta se contém.

*Utilidade.*

E por quanto é conveniente que se fique conhecendo distintamente a utilidade que a minha Fazenda receber no transporte d'êstes Casais, à proporção da despeza que com êles fizer, hei por bem ordenar, que na Alfândega do Rio de Janeiro (e que também mando executar na de Santos) haja um livro separado de registro em que se assentem tôdas as fazendas que dêsses portes se transportarem para os da Costa do Sul — do rio de São Francisco para diante — até o de São Pedro, inclusive, e que estas fazendas vão com guias dos Juizes; ou Provedores das Alfândegas do Rio de Janeiro, ou Santos, sem a qual se lhes não permita descarga nos ditos portos do Sul, e que os mesmos Juizes, ou Provedores me dêem anualmente conta por êste Conselho do que importarão anualmente na sua introdução d'êstes Reinos e Ilhas os direitos das Fazendas assim transportadas, o que fareis pontualmente observar pelo que toca à Alfândega dessa Cidade, outrossim que acabado o contrato anual da Câmara de São Paulo em que presentemente se incluem os Dízimos daqueles distritos do Sul, se faça rumo à parte dêle, de que pertencerá o rendimento a essa Provedoria do Rio de Janeiro, da qual se pagarão as côngruas dos Vigários, Igrejas, e Missionários do dito distrito.

*Confiança.*

Confio (em nome do Rei) na inteligência e acerto com que costumais obrar, o do zêlo, e atividade com que cumpris as vossas obrigações, poreis particular cuidado em regular êste importante negócio, como pede a utilidade do meu Serviço El-Rei Nosso Senhor o mandou pelos Desembargadores Alexandre Metel d' Sousa Menezes, e Tomé Gomes Moreira, Conselheiro do Seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Pedro José Corrêa a fêz em Lisboa aos nove de agôsto de mil setecentos e quarenta e sete.  
— Rafael Pires Pardiniho —. (assinado).

\* \* \*

*EDITAL.*

O Edital publicado nas Ilhas dos Açores de que faz menção a Provisão de 9 de agôsto de 1747, relativo ao transporte de colonos. Os parágrafos são de nossa autoria.

*Alívio.*

El-Rei Nosso Senhor atendendo às representações dos moradores das Ilhas dos Açores, que tem pedido mande tirar delas o número dos Casais que for servido, e transportá-los à América, donde resultará às ditas Ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem.

*Benefício.*

E ao Brasil um grande benefício em povoar de cultores alguma parte dos vastos domínios do dito Estado, for servido por Resolução de 31 de agosto do presente ano (1747), posta em Consulta do seu Conselho Ultramarino de oito do mesmo mês fazer mercê aos Casais as ditas Ilhas, que se quiserem ir estabelecer no Brasil.

*Facilidades.*

Facilitar aos Casais o transporte e estabelecimento, mandando-os transportar à custa da sua Fazenda Real, não só por mar, mas também por terra até aos sítios que se lhes destinarem para as suas habitações.

*Idade.*

Não sendo homens de mais de quarenta anos e não sendo mulher de mais de trinta.

*Subsídios.*

E logo que chegarem a desembarcar no Brasil a cada mulher que para êle for das Ilhas de mais de doze anos, e de menos de vinte e cinco, casada ou solteira, se darão dous mil e quatrocentos réis de ajuda de custo e aos casais que levarem filhos se lhes darão para ajuda de os vestir mil réis por cada filho.

*Armas e ferramentas.*

E logo que chegarem aos sítios que hão de habitar se dará a cada casal uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas e uma serra com sua lima e travadoura.

*Sustento.*

Dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua, e no primeiro ano se lhes dará farinha que se entender baste para o sustento, que são três quartas de alqueire de terra por mês para cada pessoa, mas não às crianças que não tiverem sete anos, e aos que os tiverem até aos quatorze se lhes dará quarta e meia para cada mês.

*Isenção de serviço militar.*

Os homens que passarem por conta de Sua Magestade ficarão isentos de servir nas Tropas pagas no caso de se estabelecerem no termo de dois anos nos sítios que se lhes destinarem.



*Terras e impostos.*

Cada Casal ganhará um quarto de légua em quadro para principiar a sua cultura, sem que se lhes levem Direitos, nem salario algum por esta sesmaria.

*Doações.*

Quando pelo tempo adiante tenham familia com que possam cultivar mais terras, as poderão pedir ao Governador do Distrito, que lh'as concederá na forma das Ordens que tem nesta materia.

E aos Casais naturais das Ilhas que quizerem ir dêste Reino (por se acharem nele) se lhes farão as mesmas conveniências.

Como também aos Casais de estrangeiros que não forem vasallos de Soberanos que tenham domínios na América a que possam passar-se.

E aos que foram Artífices se lhes dará uma ajuda de custo conforme os requisitos que tiverem.

\*

\*     \*

## RESULTADOS.

O exame do resultado da colonização açoriana no Rio Grande do Sul pode ser considerado em síntese da maneira que se relaciona em seguida, para dar uma idéia da importância de tão extraordinária contribuição étnica na formação, desenvolvimento e implicações sociológicas, antropológicas e históricas ou folclóricas.

### *I. — Cidades.*

O processo colonizador do açoriano surge, dentro dos demais aspectos principais, como um agente fundador de cidades, pois, na realidade, foi uma de suas obrigações constantes do contrato de trabalho, ou no Edital ou Provisão de embarque e remessa de gente das ilhas, para o sul do Brasil, para o Rio Grande do Sul, no caso.

Assim, é admissível levantar-se ou compor um quadro com os índices necessários:

- Número de casais que fundaram a cidade.
- Nome da cidade.
- Data da chegada dos casais, ou da fundação da cidade.
- Lugar onde os açorianos foram colocados na sesmaria e seu proprietário.
- A colonização açoriana noutras cidades do Rio Grande que receberam o influxo do ilhéu e em centro urbano que ia ser criado à sombra de um forte militar ou acampamento

de fôrças armadas, ou arsenal de guerra, ou igreja fundada pelo fazendeiro, etc.

Origem açoriana de cidades do Rio Grande do Sul:

1. — 14 casais: Taquari (1764).
2. — 18 casais: Osório (Conceição do Arroio) (1773).
3. — 48 casais: Piratini (1762).
4. — 60 casais: Pôrto-Alegre (1752).
5. — 16 casais: Santo Amaro (1771?).

respectivamente

1. — na sesmaria de Francisco da Silva.
2. — na sermaria de Xavier Velho Ferreira.
3. — na sesmaria de José Antônio Alves.
4. — na sesmaria de Jerônimo de Ornelas.
5. — na sesmaria de Brito Leme.

Colonização açoriana nas cidades que êles formaram o núcleo populacional definitivo na criação urbana, isto é, a gente das ilhas é que foi a população civil em tôrno da fortaleza, do acampamento, da igreja, etc.

1. — Mostardas (1773).
2. — Rio Grande (1737).
3. — Rio Pardo (1752).
4. — Cachoeira (1753)-(1752).
5. — Triunfo (1752-53).

Acrescentam-se, como importantes na colonização açoriana:

1. — Viamão.
2. — Encruzilhada.
3. — Aldeia dos Anjos (Gravataí).
4. — Morro Grande (Pôrto-Alegre: Passo da Area e Itapoan),
5. — Caçapava.

Centros como Viamão, Caçapava e Encruzilhada, nitidamente pastorais, ou Gravataí como aldeia de índios e Morro Grande de Sant'Ana que teve um destino inesperado para que na vizinhança de Pôrto-Alegre, o desaparecimento da colonização do Morro de Sant'Ana resultou em aumento de Pôrto-Alegre. Ou as localidades que desapareceram também ou mudaram de nome: Estreito, Povo Nôvo, Lombas, Cerro Pelado ou Distrito do Jacuí, Passo do Couto, Cai, Rua Velha, etc. Também centros de colonização açoriana. Houve, na verdade, alguns fracassos na colonização: cidades mortas. Em compensação outras foram células de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. A geografia dos rios, das lagoas e do litoral desempenhou uma função na penetração do açoriano no Rio Grande do

Sul. Destinado também a ir até as Missões no alto Uruguai, rio Uruguai, êle chegou de Cachoeira a Piratini, plantando uma cultura, uma civilização.

\*

## II. — *Demografia.*

A população do Rio Grande do Sul (à época da vinda dos açorianos), era de 3.634 almas; mas no ano que começaram a chegar os açorianos, por exemplo, segundo os cálculos, entraram 585 casais, com 2.278 pessoas, o que determina logo o crescimento da população em 5.624 indivíduos.

Os dados de 1780, conforme o Mapa estatístico do Tenente Antônio Córdoba — mapa achado por Aurélio Pôrto — dão nestes quase trinta e cinco anos depois, apenas nas áreas puramente açorianas, 10.053, o que representa 55% da população total do Rio Grande do Sul. Mais da metade da população do Rio Grande do Sul constitui-se, pois, de açorianos. Tomaram-se duas datas logo após 1747: do contrato do transporte do Arquipélago dos Açores para o Rio Grande e Santa Catarina, mais diretamente para o Rio Grande, e um que é dêsse mapa ótimo de Ton Cordoba, 1780.

A análise detalhada do problema populacional dar-nos-ia esta conclusão realmente digna de registro: que o açoriano representa a maioria da população do Rio Grande com portugueses de outras procedências, os luso-brasileiros de Laguna e São Paulo, gente da Colônia do Sacramento, e os militares das diversas capitânicas do Brasil, de Pernambuco e Bahia, a Minas e Rio de Janeiro, e muitos de São Paulo, etc. O 55% do açoriano sôbre o total da população é matemático. O Rio Grande foi mais da metade nitidamente açoriano.

\*

## III. — *Economia.*

Dois aspectos, também em síntese, podem ser destacados:

a. — Agricultura.

b. — Pecuária.

a). — A agricultura açoriana é assinalada com o plantio do trigo. E têm-se dessa época a notícia do cultivo de outros grãos, como feijão, milho, cevada, alpiste, aveia, ervilha, centeio. Mais, vinhos, cochonilha, cânhamo e erva-mate. São as três categorias, pela quantidade.

O arroz, farinha de mandioca, queijo de boa cura, carne salgada, línguas, sebo cozido, cauda e cabelo de crina, couro, etc., formavam um quadro diferente, vindo de outros colonizadores ou povoadores. Os açorianos plantaram, em 1781, 8.982 alqueires e obtiveram 55.897 alqueires de trigo.

b). — A pecuária. O açoriano fôra trazido para prover o abastecimento do Rio Grande, suas tropas e fazendeiros, e embarcar o excesso da produção para os centros consumidores, como Santa Catarina, apenas pesqueiro, ou quase apenas isso no início, ou para as localidades maiores, do Rio ou São Paulo, mais a zona de mineração. O gado de fato desempenhava essa missão. Fornecíamos a carne para o Brasil, para o sul do Brasil. Mas a alimentação diversificada como ia obter-se? A agricultura precisava ser cultivada. De modo que o açoriano teve que exercer mais um outro papel. Além de consolidar a ocupação do Rio Grande, povoando-o, fundando cidades, entrando pelo interior, percorrendo rios e lagoas, atingindo fronteiras, garantindo a posse portuguesa do Rio Grande contestada pelos espanhóis do Rio da Prata, em represália aos lusitanos que ocupavam o Rio da Prata do lado oposto de Buenos Aires como lhes pertencendo por *uti possidetis* ou descobrimento prioritário.

Não posso transcrever quadros estatísticos da importância do surto agrícola que o açoriano deu ao Rio Grande do Sul.

Mas considere-se êste estado de coisas:

1. — Data. Uma data de terra, que os açorianos ganharam para a implantação da agricultura intensiva do Rio Grande — 272 hectares;

2. — Sesmaria. Uma sesmaria que o govêrno dava a quem requeresse pedindo-a, depois de provar que a ocupava para a criação de gado, fazendo ampla distribuição entre os militares e civis, militares que deixavam a farda para serem fazendeiros ou civis, que vinham de Laguna em enorme quantidade, seguido dos paulistas e gente da Colônia do Sacramento. Compreendia a "sesmaria" terra devoluta, que é do dicionário português antigo, e deu-se o nome a outras terras ainda devolutas, que se as chamaram de sesmaria até para a agricultura. Mas a sesmaria no Rio Grande tinha 3 x 1, três léguas de fundo e 1 légua de frente, num total de 13 mil hectares. A primeira geração do açorianos ainda se sujeitou um pouco. Não muito. A segunda reagiu violentamente. Houve assim uma transformação de classe econômica e social. O agricultor exigiu a sesmaria e deixou de plantar para criar. No princípio, o aspecto teve caráter de luta. Mas a situação modificou-se com o decorrer do tempo. Os açorianos bandearam-se, quando puderam, para as sesmarias. Êles tinham vindo junto praticamente com os exércitos demarcadores dos

limites entre Espanha e Portugal no Rio Grande do Sul. Sucederam-se numerosas campanhas militares. Saindo das fileiras das tropas quantidade de militares que se passaram para o Rio Grande, ou se já aqui residiu, julgaram-se com direito a pedirem uma sesmaria que era uma espécie de recompensa de guerra que se dava. Os açorianos não estavam obrigados ao serviço militar. Mas os filhos de açorianos estavam. Foi nessa segunda camada, na nova geração, então, que se processou a modificação. Foram ser fazendeiros. Deixaram a agricultura do tempo dos pais. Não quiseram empobrecer. Como os açorianos de Santa Catarina, que se mantiveram fieis à agricultura e à pesca, o Rio Grande do Sul é ainda hoje o maior estado pesqueiro do Brasil, e vindo de Tôrres ao pôrto do Rio Grande não é difícil encontrar-se, e pelo contrário, são descendentes de açorianos nessa tarefa. Também pobres. Embora os pescadores atuais, mais modernos, da Ilha dos Marinheiros, no Rio Grande, cidade do Rio Grande, sejam mais recentes. A manutenção da tradição pesqueira, entretanto, foi inteiramente açoriana no Rio Grande. E' a zona pobre. Os açorianos que não ficaram no litoral não concordaram em ser apenas agricultores.

Açorianos fazendeiros. Isso os salvou. Da miserabilidade. Participaram, pelo seu *status* econômico, das elites dirigentes. Eles foram, os descendentes, as elites dirigentes. E provinham das estâncias. Fonte de riqueza sólida do Rio Grande histórico e a atual.

\*

#### IV. — *Idioma.*

A fala de açoriano, seu português guardado no arquipélago puro que se manteve nas nove ilhas, foi um português do tempo da Renascença, cujas peculiaridade mal chegaram ao setecentismo, dando ao idioma português, usado pelo açoriano, um saber quinhentista ou seiscentista, imaculado ao meio do Oceano, onde os estoques povoadores não foram renovados, permanecendo uma super-população de 300.000 habitantes para tôdas as nove ilhas. O máximo de capacidade habitacional das nove ilhas. Em 1747 talvez fôsse mesmo uma população de 300.000 habitantes do arquipélago. A população de hoje, dois séculos depois, também é de 300.000: é quanto suporta o arquipélago. Daí a emigração permanente. Nos dias atuais para a Califórnia, Massachusetts, Venezuela, Sandwich, Hawai, etc.

O português do Brasil foi sendo, no Rio Grande do Sul, alterado pelo açoriano:

- 1º. — Dialeto.
- 2º. — Linguagem.
- 3º. — Fonética.
- 4º. — Gauchismos.
- 5º. — Vocabulários.
- 6º. — Açorianismos.

1. — *Dialeto.*

A lição do Alfredo Gomes, na sua *Gramática Portuguesa*, segundo os ensinamentos de Leite de Vasconcelos, é das únicas a apontar o conteúdo dialetológico da presença do açoriano na linguagem do português do Brasil:

- troca do *o* em *u*: flur, amur, bum por flor, amor, bom;
- corrupção do *ão* em *ã* de *ei* em *ê*: sapatêro, mantêga.

\*

2. — *Linguagem.*

Apolinário Pôrto-Alegre, grande escritor, mestre do idioma, professor ilustre e autor de grande número de obras, político combativo, residindo na Vila Jardim, em Pôrto-Alegre, a caminho de Viamão, na zona do Morro de Sant'Ana, colheu dos descendentes de açorianos ainda o depoimento vivo do linguajar do ilhéu-gaúcho. Palavras usais do dialeto riograndense falado naquela área no fim de século, palavras evidentemente que continuam até hoje:

- Cambeta (cambo da rodado, tipo de rodado açoriano, roda sem raios).
- Cercear (com acepção de cortar rente: cercear a árvore).
- Cômputo (Cálculo. Vamos fazer o cômputo da despesa).
- Eito (série de coisas numa mesma direção, numa linha, a fio — Um eito de mato, de derrubada).
- Nuel (implume — passarinho nuel).
- Obrigaçào (família — Como vai a obrigaçào?).
- Penso (inclinado — mesa pensa).
- Terçó (último filho nascido: caçula).
- Rejeira — (têrmo marítimo que passou para a agricultura).
- Hostar (hostis — hospedeira, anfitrião, hospedar).
- Rancho (pic-nic).

\*

### 3. — *Fonética.*

Elpídio Ferreira Paes, autor de um brilhante trabalho sôbre a fonética do linguajar do gaúcho, professor de raras virtudes, latinista primoroso, grande especialista do idioma português, registrou a fala cantada do açoriano. Em São Miguel, nos Açores, ainda é a mais típica das falas cantadas das ilhas. No Rio Grande do Sul — carvão) (carvão), cariguêro (cargueiro).

\*

### 4. — *Gauchismos.*

Cezimbra Jacques, pioneiro dos estudos tradicionalistas sôbre Rio Grande, colheu interessante material no campo da dialetologia. O que modernamente fêz o Prof. Heinrich Bunze, pesquisador muito sério e autor de interessantes e ótimas pesquisas no gênero. Walter Spalding, por sua vez, como historiador de nomeado, também passou a percorrer o assunto com muita propriedade, comparando a fala do gaúcho ao registro que Luís da Silva Ribeiro fêz da linguagem popular da Ilha Terceira, uma das nove do Arquipélago dos Açores. Dos 150 arcaísmos açorianos todos estão na linguagem dialetal do Rio Grande. Alguns desses 150 arcaísmos incorporados ao vocabulário gauchesco, tendo nítida procedência açoriana, como se documenta:

\*

- Abrasiado (vermelho, ruborisados).
- Alambre (pessoa esperta, arame-alambrado).
- Abusão (êrro, engano, ilusão).
- Apeiro (parte dos arreios que serve para o governo, segurança e ornamento do cavalo).
- Arriba (acima).
- Badana (carneiras).
- Bombachas ((calções largos e compridos).
- Brete (corredor de madeira para o gado ir ao banho, etc.).
- Cangar (deixar se enganar, jungir).
- Cola atada (costume campeiro, rabo amarrado).
- Defensão (defesa, defender, defender).
- Depois (depois).
- Dona (senhora).
- Emborcar (cair de bruços).
- Escachar (esmagar).
- Gorgomilho (garganta).
- Lerdo (tardio).
- Peão (empregado).

- Pinchar (impelir).
- Riba (ribeira, acima).
- Sestros (manha).
- Talagada (quantidade grande, principalmente de bebida).
- Varar (cruzar o rio).

\*

## 5. — *Vocabulário.*

A linguagem do litoral do Rio Grande, com a permanência das heranças açorianas, entre os pescadores, observa-se um tipo diferenciado de vocabulário, que a transferência da fala das coisas do mar para a fala das coisas de terra. Notam-se outras presenças, outras contribuições.

Em Tórres, eu mesmo encontrei, fazendo uma pesquisa, entre quatro ou cinco investigações que realicei, vocábulos interessantes:

- Tripulação — moradores de uma determinada zona).
- Pilôto — ajudante de agrimensor, guia, etc.).
- Vigia — olhar.
- Engulho — vomitos secos.
- Alijar — vomitar.
- marion — pessoa sem moral.
- macacor — doença, enxaqueca.
- inquisição — dúvida, arengar.
- côvado — medida: 68 centímetros.
- manjuá — balaio de pescaria feito de cipó.
- veleira — mal feito.
- trabuco — ruim.
- engigado — encolhido.
- engodo — ato de atrair o peixe.
- cuar — ato de preparar o peixe para salgar.

## 6. — *Açorianismo.*

O Prof. Manuel de Paiva Boléo, erudito mestre da Universidade de Coimbra, tem importante tese não só sobre a maneira de falar cantado do açoriano, que êle atribui ao vento do mar que percorre violento as costas das ilhas, como variantes fonéticas das mais interessantes. *Tch* — *boa noit'* e a elisão do grupo-*lh-* *milho é mio, o* — *êi* — não é pronunciado como — *ai*.

\*

## 7. — *Tipo.*

Registre-se o tipo antropológico do açoriano. Estatura elevada, olhos claros, as mulheres bonitas, etc. A estatua não tem nada de



flamenga. O flamengo já em pouco número nas ilhas e assim mesmo só em duas ou três das ilhas. Não podia modificar o tipo. E' a procedência do norte de Portugal no povamento do arquipélago.

\*

#### 8. — *Religião.*

A mais importante devoção do colono açoriano é a do Divino Espírito Santo. A Capela do Divino ao lado da Igreja Matriz. Na verdade, é uma devoção flamenga, pois veio de Flandres, onde é popular. As Festas do Divino no Rio Grande tiveram grande significado. Até hoje as bandeiras do Divino, levadas pelos Irmãos da Irmandade entram até no *City Bank of New York* no peditório, em Pôrto-Alegre. Assim, então:

- Divino Espírito Santo.
- São Miguel e Almas (Cemitério de Pôrto-Alegre, irmandade e enchente de São Miguel).
- Procissão do Senhor dos Passos, do Encôntro, *Corpus Christi* e Navegantes.
- Natal, Reisado com cantores e músicos. Presépios, mais presépios, e muitos.

\*

#### 9. — *Caudilhismo.*

A influência da fronteira, a vizinhança da Argentina e do Uruguai, o caudilhismo platino do século XIX, principalmente, e seus reflexos no Rio Grande do Sul. O caudilhismo gaúcho do Rio Grande teve sua sanguinolência atenuada pela influência açoriana. Importante considerar-se êstes aspectos. A diferença entre o caudilhismo platino e riograndense é devida à gente das ilhas. A brandura, a tranqüilidade e a calma do açoriano.

\*

#### 10. — *Família.*

E' altamente expressivo, na genealogia riograndense, as origens açorianas. Todos os líderes políticos, chefes militares, revolucionários de diversas épocas, escritores, etc., tem origens açorianas. O colono açoriano deixou sua marca, através do tempo. Agora, alterada por etnias diversas.

\*

11. — *Sobrado*.

Gilberto Freyre estudou os sobrados do Rio Grande do Sul que os achou de uma autenticidade açoriana. Assim, a casa típica, o sobrado de Fazenda ou da cidade tem suas linhas arquitetônicas, o seu desenho e o risco tipicamente das ilhas. Prolongando-se o conceito há muito que encontrar, discutir, ver, e nos hábitos de viver, na casa, na alimentação e nos costumes. O sobrado é um traço sociológico visível.

\*

12. — *Sociologia*.

O colono, de fato, comunicou e deixou seus costumes em tudo no Rio Grande do Sul. Gilberto Freyre, num segundo trabalho sobre o Rio Grande, *Continente & Ilha*, registrou nossa originalidade étnica e antropológica como uma decorrência inevitável da gente do arquipélago açoriano.

\*

13. — *Folclore*.

Deixo por último este aspecto predominante da vida do Rio Grande, segundo seus afazeres populares, afazeres ou costumes do povo. O registro decorrente da colonização açoriana é fabuloso.

- Cavalhadas (Festa montada de luta entre mouros e cristãos, com princesas, reis, embaixadas, castelos, etc. Espetáculo que até hoje se representa. Argolinha, incêndio, tiros, duelos, etc.
- Danças que são perfeitamente açorianas e do uso dos gaúchos:
  - Pêzinho.
  - Quero-mana.
  - Anu.
  - Tirana.
  - Chimarrita.
  - Balaio.
- Poesias:
  - Prenda Minha.
  - Trovas que Cecília Meireles encontrou em São Miguel, idênticas às do Rio Grande do Sul.

Pensamos, ter provado, com o que escrevemos até aqui, que a colonização açoriana fêz do Rio Grande do Sul uma das províncias mais brasileiras da América Portuguesa.

Danças antigas, algumas resistiram até hoje, outras foram restauradas.

\*  
\* \* \*

### BIBLIOGRAFIA.

A bibliografia riograndense é diminuta, como já se disse de início. Mesmo a européia, a portuguesa não é lá essas coisas, de modo que, sem falar na literatura brasileira, também pequena em matéria de Açores, somente se pode recorrer às fontes açorianas propriamente ditas.

Remetemos o leitor aos nossos dois trabalhos publicados na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, onde no volume 251, de abril-junho de 1961, na primeira parte, citamos 22 títulos e na segunda parte do levantamento enumeramos 302, num total, assim de 324. A terceira parte da bibliografia analisada dos Açores inseriu-se no volume 252, de julho-setembro de 1961, então com 220 títulos de livros e monografias. Reunimos no total — 544 títulos sobre os Açores. Alguns poucos títulos, entretanto, mencionamos aqui:

- Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*. Funchal. 1873.  
P. Antônio Cordeiro, *História Insulana*. Lisboa. 1717.  
Jordão de Freitas, *As Ilhas Atlânticas dos Açores na História da Expansão Portuguesa*. 1922.  
Carreiro da Costa, Numerosos títulos.  
Armando Côrtes Rodrigues, *Idem*.  
Raul Brandão, *Ilhas Desconhecidas*. Lisboa. 1920.  
Leite de Vasconcelos, *Mês do Sonho*. Lisboa. 1926.  
Luís da Silva Ribeiro, Diversos títulos.  
Acúrsio Garcia Ramos, *Notícias sobre o Arquipélago dos Açores*. Lisboa. 1871.  
Damião Peres.  
Vitorino Nemésio.  
Júlio Mess.  
Antônio Ferreira de Serpa.  
Hipólito Raposo, *Descobrimo Ilhas Descobertas*. Edições Gama. Portugal. MCMXLII.  
Arthur Morelet.

Alberto Tôrres, *Corografia dos Açores*. Imprensa Nacional. Lisboa. 1891.

\*  
\*   \*  
\*

### INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Helmut Andrä* (Instituto Hans Staden. São Paulo).

Pergunta:

1º). — Os açorianos desempenharam-se a contento da tarefa primordial — a de abastecer as tropas — ou começaram em tempo relativamente breve a dedicar-se a outras tarefas?

2º). — Houve nos primeiros decênios da colonização açoriana ligações familiares em maior escala entre os colonos e os componentes das tropas regulares e das milícias brasileiras?

\*

Do Prof. *Eduardo d'Oliveira França* (FFCL. da USP.).

Inicialmente cumprimenta o Prof. Dante de Laytano pela contribuição que trouxe em tórno da presença açoriana no Brasil e diz querer apenas dar uma contribuição ao Autor da comunicação.

Afirma que a vinda dos açorianos ao Brasil, norte e sul, no século XVIII não é algo de isolado — pertence a uma continuidade. Em seus estudos sôbre a área do açúcar encontrou na conste'ação social da economia do açúcar uma surpreendente freqüência de insulanos na colonização: madeirenses e açorianos. De senhor de engenho a mestres de açúcar. Antepassados de tradicionais famílias baianas. Não sabemos por enquanto o quanto na primitiva colonização devemos à Portugal metropolitano, e o quanto às Ilhas, de onde talvez fôsse psicologicamente mais fácil emigrar. Os arquivos das Ilhas devem conter um pouco da história do Brasil. Desde a mais remota.

\*

Da Profa. *Cecília Maria Westphalen* (da FFCL da Universidade Federal do Paraná).

Diz que o Prof. Dante de Laytano pincelou, com veemência, os traços culturais gauchescos que se enraizaram na colonização açoriana. Deseja apenas que se acentui agora a importância dessa colonização para a "fronteira cultural" e, depois para a "fronteira política", en-

tre a América portuguesa e a América hispânica. O Rio Grande do Sul é brasileiro porque foi português, assim como o Uruguai é o Uruguai porque não foi colônia culturalmente portuguesa.

\*  
\*   \*   \*

## RESPOSTAS DO PROF. DANTE DE LAYTANO.

Ao Prof. *Helmut Andrä*.

I. — Os açorianos, pelo menos durante uma geração, diremos assim, ou — dos açorianos que vieram como colonos — de acôrdo com a Provisão Real e os Editos publicados nas Ilhas cumpriram sua destinação — foram agricultores. Resolveram o problema de abastecimento das tropas militares aquarteladas no Rio Grande do Sul, uma das finalidades da colonização. O cereal nobre — o trigo — constituiu a base racional da cultura das “datas” de terra que êles receberam do govêrno. Plantaram outros “grãos”. Mas o govêrno não pagava os fornecimentos de trigo, deixavam em atraso enorme quando se resolvia atender a retribuição devida aos colonos, etc. Veio o desinterêsse. Faltou estímulo aos açorianos. Não só passaram-se para a pecuaria que lhes dava 13.000 hectares de terra de presente, quanto tinha uma sesmaria — ao envés de 272 hectares — de uma data de terra para agricultura. Os filhos dos açorianos não admitiram êsse *status* econômico diferenciado. Os tropeiros, invernadores e estancieiros tinham as sesmarias e os militares a recebiam — não como botim de guerra — como prêmio das campanhas que foram numerosas e ocuparam tôda a história colonial do Rio Grande. Deixavam a farda e iam ser estancieiros. No fundo, continuavam militares. Daí umas das razões do espírito aguerrido da gente gaúcha ao tempo da colônia, herança que se prolongou nos costumes da vida do Rio Grande. Os açorianos, por sua vez, que não podiam ser militares de tropas regulares, a não ser de Companhias de Ordenanças, fôrças locais e policiais, na geração seguinte participou de tôdas as lutas armadas, da execução de tratados de limites às revoluções. Fêz assim jus à sesmaria.

O govêrno é que incentivou a própria transformação dos açorianos. Pelo menos indiretamente.

II. — A geneologia no Rio Grande do Sul acentuou de fato êste aspecto de que as relações de famílias entre açorianos e militares ou estancieiros foram totais. Isto é, mulher açoriana ou casava com militar que servia no Rio Grande do Sul ou com o fazendeiro, tropeiro ou invernador da terras da Capitania d’El Rei desta parte.

Já nos filhos e filhas dos açorianos colonos que tinham chegado, ou acabavam de chegar, talvez no princípio as famílias de açorianos estabeleciam os casamentos entre êles, na falta de relações e amizades. O que não se deu depois, com os filhos e filhas dos açorianos que tinham nascido na Rio Grande. O que mudou o problema na geração que se sucedeu a dos pais. Constituindo os açorianos 55% do totalidade da população do Rio Grande do Sul, sua influência na formação das famílias do Rio Grande do Sul é vastíssima.

Os troncos de líderes como Bento Gonçalves, Presidente da República Riograndense (1835-1845) ou de um Flôres da Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados, ou de um Júlio de Castilhos, a maior figura da propaganda republicana no Rio Grande, e que cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, onde também concluíram o curso eminentes figuras do Rio Grande do Sul, tais como Pinheiro Machado, Assis Brasil e Mendonça Lima, vêm-se nas suas respectivas árvores genealógicas a presença açoriana. O século XVIII, na segunda metade e o século XIX, ños mostra os açorianos e as açorianas em qualquer família gaúcha, importante ou modesta, rica ou pobre, fazendeiro ou militar, simples anônimos, etc.

O entrelaçamento familiar é, pois, uma constante açoriana com militares e estancieiros, ou com os pioneiros da formação do Rio Grande, gente de tôdas as classes.

Como no início da vida do Rio Grande, os pioneiros eram personalidades ligadas à vida da fazenda ou aos regimentos e batalhões — sendo certo que açorianos e açorianas tinham que relacionar-se naquelas classes.

\*

Ao Prof. *Eduardo d'Oliveira França*.

III. — Claro que a vinda dos açorianos para o Sul no século XVIII não é um fato isolado na história brasileira. Certo. Mas refiro-me à corrente imigratória em massa. Em massa e em quantidade, na verdade, sòmente se tem registro em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para onde chegaram as levas imensas de milhares de açorianos.

Acrescente-se que no Amazonas houve uma tentativa de colonização açoriana que não vingou, não continuou e não foi adiante. Isolaram-se na primeira leva ou nas primeiras levas ao lado de militares e degredados, como ensina Artur César Ferreira Reis.

Os centros baleiros do Pará e Paraíba, também levaram açorianos. Pois é uma das atividades comuns da vida dêles a pesca de

baleia. E até hoje ocorre isso nas ilhas. A pesca da baleia é uma constante do sistema econômico local.

Os engenhos de açúcar de Pernambuco e Bahia atraíram açorianos. Como na pesca da baleia, a lide açucareira tinha grande importância entre eles. Na Ilha da Madeira, por exemplo, a experiência da cultura do açúcar foi de alta importância. Madeira vizinha dos Açores, transplantou-se com facilidade para os Açores.

Na verdade, na zona de mineração, sim, não possuíam tradição alguma, como acontece com o gado, que eles o tinham estabulado e em pequena quantidade. Técnicas de trabalho diferente. Mas a aração econômica era a mesma. Açoriano em São Paulo ou açorianos em São Paulo em pequeno número, sim.

Pequena escala em São Paulo e Minas, etc. — ou em média escala em Belém do Pará, Amazonas e Paraíba. Até chegar-se em grande escala no Rio Grande e Santa Catarina.

O açoriano é um colonizador de hábitos sóbrios, com a família organizada — os açorianos — originalidade étnica e antropológica. Estiveram em todo o Brasil, mas a grande corrente imigratória é dirigida para Santa Catarina e Rio Grande.

\*

À Profa. *Cecília Maria Westphalen*.

IV. — Acentuar a contribuição açoriana, como povo colonizador, na formação de uma “fronteira cultural” ao lado de uma “fronteira política” é de fato um de seus aspectos predominadores nas origens do Rio Grande. Foram levados açorianos para as margens do Rio da Prata, na Colônia do Sacramento, mas os espanhóis não os admitiram. Destruíram diversas vezes a Colônia do Sacramento fundada por D. Manuel Lobo em 1680; mas a cada arrasamento os portugueses respondia levantando de novo a Colônia do Sacramento. Isso aconteceu até 1777, com o Tratado de São Idelfonso.

A presença do açoriano no Rio Grande determinou e consolidou moralmente a ocupação. Não foi, portanto, apenas uma ação material. Mas psicológica. Preenchidas as áreas vazias com os açorianos assegurou-se a posse portuguesa. A posse e o idioma, os costumes, a cultura.

A própria “fronteira política” foi ampliada pelos açorianos que se mobilizaram do Tratado de Madri em 1750, cujos limites eram o Rio Pardo e depois passando para as Missões que os espanhóis se opuseram entregar ainda. E somente em 1801, um descendente de açoriano, Borges do Canto incorpora o vasto território das Missões

ao Rio Grande. Atuaram os açorianos portanto não só na fronteira cultural, mas também na fronteira política.

Os nossos costumes foram levados até a Colônia do Sacramento e até mesmo no final do século XIX a presença do Rio Grande no Uruguai era tão importante que o governo do país amigo promulgou uma lei proibindo o uso da língua portuguesa no Uruguai — e de forma enérgica — nas cidades e áreas de fronteiras do Uruguai com o Rio Grande.

Mantivemos para a América Portuguesa uma doutrina de resistência no Rio Grande do Sul. Os exércitos fizeram o papel que lhes competia. As populações civis, por exemplo, garantiram, e isso praticaram os açorianos, a posse de uma fronteira sob o aspecto cultural, mais e de qualquer maneira — melhor do que uma fronteira política, que êles entretanto ajudaram a montar.